



Sobre drogas e democracia

Agenda da Fiocruz inclui centros de estudo, pesquisas, livro, reportagens, vídeos e apoio a anteprojeto de lei

Fernanda Marques

Entregar ao presidente da Câmara dos Deputados o anteprojeto de lei que propõe a descriminalização do usuário de drogas no Brasil: esta foi a missão cumprida por uma comitiva que esteve em Brasília, em agosto de 2012, e que era liderada pelo presidente da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia (CBDD), o médico Paulo Gadelha, também presidente da Fiocruz. O documento – elaborado por juristas e apoiado por segmentos da Igreja Católica e de algumas denominações evangélicas, assim como por setores ligados à saúde pública – já está disponível para consulta pública no portal E-democracia (<http://edemocracia.camara.gov.br>). A expectativa é manter a proposta em consulta pública até o final do ano, além de incentivar a participação da sociedade por meio de debates e mobilizações. ▶



Trata-se de uma proposta de alteração da Lei nº 11.343/2006. O anteprojeto, “além de estabelecer critérios objetivos de diferenciação entre traficante e usuário, apoia instituições de cuidado para que os que sofrem com o abuso de drogas tenham a quem recorrer livres do medo da prisão”. Para apoiar o anteprojeto, a CBDD e o Viva Rio lançaram, em julho de 2012, a campanha Lei de Drogas: é preciso mudar (www.eprecisomudar.com.br). Um dos *banners* da campanha alerta que “o Brasil investe mais na prisão por delitos com drogas do que investe no tratamento de usuários”.

Segundo dados apresentados pelo cientista político Luiz Eduardo Soares, durante palestra na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), ocorrem por ano, no Brasil, 50 mil homicídios dolosos, sendo que apenas 8% dessas mortes são esclarecidas, ou seja, 92% delas permanecem impunes. Contudo, o país tem a terceira maior população carcerária, com 540 mil presos – e o gasto mensal do governo com cada

preso fica em torno de R\$ 1,5 mil. De acordo com o cientista político, essa contradição é uma consequência da Lei nº 11.343/2006, que não distingue com clareza usuário e traficante. E, na inexistência de parâmetros, fica a critério da autoridade policial fazer a distinção.

Para exemplificar a problemática, Soares ressaltou a questão do preconceito: quando preso com drogas, um menino negro e pobre é interpretado como traficante, enquanto um jovem branco de classe média é considerado usuário. Ainda segundo o cientista político, entre a população carcerária, há uma forte concentração de jovens, pobres, negros, do sexo masculino, que não usavam armas, não tinham vínculo com organização criminosa e foram presos em flagrante por negociarem substâncias ilícitas. E, para agravar mais a situação, o sistema prisional não oferece oportunidade de desenvolvimento para esses jovens. Muitas vezes, os coloca sob risco de envolvimento com grupos criminosos nas prisões.

A palestra de Luiz Eduardo Soares abriu as atividades pelos 58 anos da Ensp, em setembro de 2012. A pro-

gramação incluiu, também, o lançamento do documentário *Selva de Pedra: a fortaleza noiada*, uma realização da Central Única de Favelas (Cufa), com direção de Preto Zezé e Edmar Jr. A proposta do filme é fornecer elementos para que a sociedade e o poder público possam refletir juntos sobre a problemática em torno do crack e construir alternativas para enfrentá-la. Apresenta o circuito de distribuição e consumo do crack na capital cearense, traçando um panorama real dos danos sociais que essa droga causa ao usuário e ao seu entorno. Visa desmistificar o discurso repressor, indo além das abordagens que resumem o usuário a um doente ou um bandido.

O lançamento do documentário foi seguido por debate. De fato, fomentar a discussão sobre as drogas tem sido um trabalho constante da Ensp, que já realizou vários centros de estudo sobre a temática. Além disso, também apoia um abaixo-assinado, organizado por lideranças de Manguinhos, bairro onde está localizada a escola, que solicitam a construção e a implantação na comunidade de um Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas. A ação se justifica porque Manguinhos, que tem um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do município do Rio de Janeiro, vive em um cenário epidemiológico de elevado consumo de drogas. Depois que o documento alcançar o número necessário de assinaturas, a Ensp vai encaminhá-lo ao secretário municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro e ao sub-secretário de Promoção, Atenção e Vigilância da Saúde.



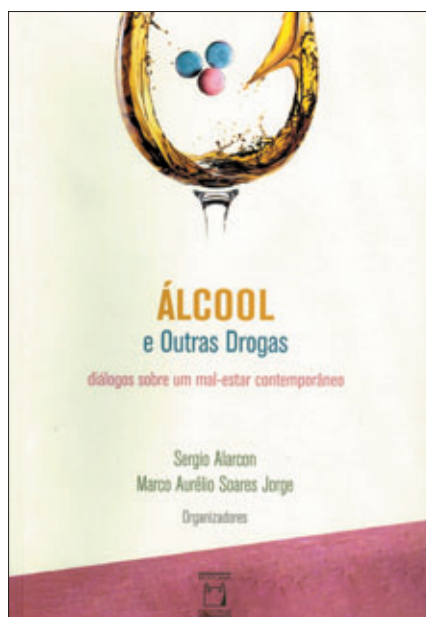
A ampliação da assistência na rede de atenção psicossocial é uma das estratégias do Ministério da Saúde para enfrentar o problema das drogas. Em dezembro de 2011, o governo federal lançou o programa Crack: é Possível Vencer, com investimentos de R\$ 4 bilhões até 2014, sendo metade do valor destinada ao eixo da saúde. A discussão sobre as drogas, antes restrita a questões jurídicas ou de segurança pública, hoje ocupa também a agenda da saúde, o que representa uma importante conquista. O atendimento especializado, com profissionais qualificados, é fundamental, pois entre os motivos pelos quais usuários de drogas não buscam ou não aderem ao tratamento estão o preconceito e a discriminação existentes, muitas vezes, nas próprias unidades de saúde.

A questão das drogas não pode ficar limitada a um domínio: precisa ser pensada globalmente, pois tem implicações sociais, psicológicas, biomédicas, econômicas e políticas. Aliás, esse enfoque multidisciplinar é a tônica da CBDD, que reúne especialistas de variadas áreas, como saúde, direito, economia, finanças, jornalismo, segurança pública, ciência, religiões, artes, esportes e movimentos sociais. “Enquanto as drogas forem encaradas como um tabu, não se discutirá a sério sobre elas na escola, nas igrejas, na mídia, nas unidades de saúde, nem mesmo em casa com os nossos filhos. Precisamos de boa informação, cientificamente ancorada, que nos ajude a encontrar alternativas”, já dizia um relatório da CBDD, divulgado em abril de 2011. De fato, informação qualificada é fundamental, pois, como demonstrou uma pesquisa do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), quanto maior é o estigma sobre uma determinada droga, mais complicado é seu entendimento por parte da população.

Promover debates interdisciplinares para derrubar tabus e combater o alarmismo do senso comum é também o objetivo central do livro *Álcool e Outras Drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo*, recém-lançado pela Editora Fiocruz. Organizada pelos mé-

dicos psiquiatras e doutores em saúde pública Sergio Alarcon e Marco Aurélio Soares Jorge, a coletânea é assinada por 28 especialistas com variados perfis e experiências profissionais. A obra é fruto do Curso de Atualização para a Atenção ao Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas, oferecido anualmente pela Escola Politécnica da Fiocruz.

No capítulo *A síndrome de Elêusis: considerações sobre as políticas públicas no campo de atenção ao usuário de álcool e outras drogas*, Alarcon chama a atenção para uma pesquisa segundo a qual as drogas lícitas, como o álcool, o tabaco e os calmantes, são as mais con-



sumidas no Brasil: entre as cinco substâncias mais frequentemente usadas no país, a maconha é a única ilícita, mas sua prevalência é substancialmente menor que a das drogas legalizadas. “O estudo demonstra que o uso de drogas no país, apesar de merecer atenção pelas tendências de incremento em anos recentes, não tem a magnitude que se imagina. A maioria da população nunca usou drogas ilícitas e, dentre aqueles que as utilizaram, a maior parte o fez apenas a título de experimentação”, afirma. “O estudo comprova, no entanto, a facilidade com que a população tem acesso às drogas, o que é um indicador da falência dos meios utilizados nos últimos anos para a prevenção e o combate à

oferta no país”, pondera.

Entre esses meios que têm sido utilizados, porém sem sucesso, destacam-se políticas fundamentalmente de cunho coercitivo e punitivo. “O problema é que, na evidência desse fracasso, o que se propõe frequentemente não é o abandono do ponto de vista ‘demonizador’, que vem caracterizando as medidas preventivas e o combate ao uso de drogas, mas o seu recrudescimento, ou pior, a cessação de toda iniciativa de problematização da lógica do proibicionismo”, avalia Alarcon no livro. Apesar das resistências, nos anos 1980, começou a emergir, no cenário internacional, um movimento de oposição a essas políticas coercitivas e punitivas. “Apesar dos avanços, ainda existem (e muito provavelmente sempre existirão) defensores de uma política fundamentalmente ou exclusivamente repressiva”, afirmam a psicóloga Elize Massard Fonseca e o médico Francisco Inácio Bastos, no capítulo *Os tratados internacionais antidrogas e o Brasil: políticas, desafios e perspectivas*.

Nesse sentido, as análises feitas no livro sustentam a importância do anteprojeto de lei defendido pela CBDD. A coletânea “traz a voz da ciência, com a liberdade que a caracteriza, para lidar com um tabu. Dá as costas para o medo e abre um vasto campo de ações positivas”, opina, na ‘orelha’ do livro, o antropólogo Rubem Cesar Fernandes, diretor executivo do Viva Rio e secretário-executivo da CBDD. Além de presidir a comissão, a Fiocruz desenvolve uma série de ações positivas para fazer frente às drogas, que incluem os debates da Ensp, o curso da Escola Politécnica e o livro da editora, assim como as pesquisas realizadas pelo Icti e outras unidades – na Fiocruz Brasília, por exemplo, um estudo tem como objetivo conhecer as propostas elaboradas por deputados e senadores acerca das drogas e compará-las com as ações realizadas pelo governo a respeito do tema. Para ampliar o acesso à informação e os debates, destacam-se, ainda, reportagens e audiovisuais. Para saber mais, acesse a revista **Radis** (www.ensp.fiocruz.br/radis), o acervo do **Canal Saúde** (www.canal.fiocruz.br) e o catálogo da **VideoSaúde Distribuidora** (www.fiocruz.br/videosaude). 📺